

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.816 - MG (2019/0117668-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
AGRAVANTE : SAMUEL SILVA GUERRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **SAMUEL SILVA GUERRA**, em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o juízo singular condenou o agravante como incurso nos arts. 302 e 306 da Lei n. 9.503/97 à pena de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de detenção, em regime semiaberto, bem como a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor por 02 (dois) meses, determinou, ainda, a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito consistentes na prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária de 05 (cinco) salários mínimos.

O eg. Tribunal **a quo** negou provimento ao recurso da defesa e o v. acórdão foi ementado nos seguintes termos (fl. 298):

"EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. CAPACIDADE PSICOMOTORA ALTERADA POR INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL. CONDENAÇÃO MANTIDA. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. IMPRUDÊNCIA COMPROVADA. CONDENAÇÃO MANTIDA. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DESTINADA À FAMÍLIA DA VÍTIMA. DECORRÊNCIA NATURAL DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL IMPOSTA POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. VALOR. CONDIÇÃO ECONÔMICA

DO RÉU.

O crime previsto no art. 306 da Lei 9.503/97 é de perigo abstrato, sendo desnecessária para sua configuração a lesividade concreta da conduta, porquanto o objeto jurídico tutelado não é a incolumidade física, e sim a segurança pública e a paz social, colocadas em risco com a simples condução de veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência.

A incapacidade psicomotora alterada por influência de álcool poderá ser demonstrada não apenas por exame técnico, mas também por prova testemunhal, imagem, vídeo ou qualquer outro meio de prova em direito admitido, tal como previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

Tendo sido comprovado, por meio de prova pericial, que o acusado agiu com imprudência ao não respeitar as regras de preferência do trânsito, dando causa, assim, ao acidente que causou a morte da vítima, deve ser mantida sua condenação pela prática do crime previsto no art. 302 do CTB.

A quantia a ser paga pelo réu a título de prestação pecuniária será fixada pelo juiz e, de acordo com a lei, não poderá ser inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos, observada a situação financeira do réu, sob pena de tornar inócua a substituição da pena corporal imposta."

Interposto **recurso especial**, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas **a**, da Constituição da República, a defesa alegou ofensa ao art. 45, § 1º, do CP, ao argumento de que não houve fundamentação idônea para a fixação do **quantum** da prestação pecuniária.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 322-324), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na aplicação da Súmula 7/STJ, pois a análise do acórdão recorrido implicaria revolvimento de matéria fático-probatória.

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão (fls. 336-343)

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **desprovemento** do agravo em recurso especial (fls. 360-361).

É o relatório.

Decido.

O agravo não merece ser conhecido.

A parte agravante deixou de infirmar, de **maneira adequada e suficiente**, a razão apresentada pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, não bastando, para tanto, deduzir genericamente a impossibilidade de incidência da Súmula 7/STJ, alegando que *"a pretensão do recurso especial abrange, tão somente, questão de direito, vale dizer, a correta aplicação do dispositivo tido por violado, sem que para tanto haja digressões acerca de aspectos fáticos ou subjetivos"* (fl. 338).

No caso, deveria o agravante demonstrar a desnecessidade da análise do conjunto fático-probatório, **deixando claro que os fatos foram devidamente consignados no decisum a quo**, o que não aconteceu.

Desse modo, a ausência de impugnação dos fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ. INCIDÊNCIA CONFIRMADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DEFERIDA.

1. O Agravante não infirmou, especificamente, todos os fundamentos da decisão combatida, o que atrai a incidência da Súmula n. 182 desta Corte.

2. Os Tribunais Superiores, em recentes decisões, firmaram o entendimento de que, após esgotadas as via recursais ordinárias, apenas casuísticos efeitos suspensivos concedidos aos recursos excepcionais impedirão a execução provisória.

3. Agravo regimental improvido e deferida a execução provisória da pena, determinando o imediato cumprimento da condenação, delegando-se ao Tribunal local a execução de todos os atos preparatórios." (AgRg no AREsp 984.287/RS, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 26/06/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

P. e I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator